

Cruzamentos em retorno: Polícias em Lisboa, Praia e Brasília

JOANA OLIVEIRA

*Doutoranda do Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa, Portugal*

Resumo: Este artigo pretende dar conta de algumas implicações que a circulação da elite de segurança constituída por polícias com elevado potencial técnico e político, no eixo atlântico, produziu ao longo dos últimos trinta anos. Tendo como foco empírico Portugal, Cabo Verde e Brasil, sugere-se que esta circulação criou as condições para uma troca fértil de ideias sobre a própria ideia de formação, de justiça, de políticas e de polícia. Fazendo uma apresentação sumária do Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna e, esclarecendo o modo de integração dos cooperantes da África Lusófona e, mais tarde, do Brasil, tendo em vista a formação policial, o texto percorre um caminho que vai desaguar na noção de *ecumene*, o qual visa qualificar as redes transnacionais que esta circulação promove.

Palavras-Chave: Instituto de Ciências Policiais e de Segurança Interna, polícia, redes transnacionais, eixo atlântico, *ecumene*

Abstract: This article seeks to outline some implications that the movement of the security elite composed of police with high technical and political potential in the Atlantic axis produced over the last thirty years. With an empirical focus on Portugal, Cape Verde and Brazil it is suggested that this movement created the conditions for a fruitful exchange of ideas on the basis of education, justice, policy and police training. Making a brief presentation of the *Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna*, and clarifying the way the African Lusophone cooperants and the Brazilians were integrated, the text goes through a path that will flow into the concept of *ecumene*, which aims to qualify transnational networks that promotes circulation.

Keywoks: Instituto de Ciências Policiais e de Segurança Interna, police, transnational networks, axis Atlantic, *ecumene*

Primeiro. Continuar:

Conseguir estabilizar a circunstância histórica do surgimento de uma circulação de polícias no âmbito de formação de oficiais de polícia entre Portugal, África Lusófona e o Brasil, e as mudanças implicadas nos eixos de mobilidade e de territorialização que as constituem, fizeram o foco do projeto de investigação “COPP-LAB: Circulações de Polícias entre Portugal, África Lusófona e Brasil”. Atendendo às distintas camadas que se refletem neste projeto, interessou pensar a dimensão geopolítica, na natureza teórica e analítica do tipo de redes, ao mesmo tempo de mobilidade e de territorialização e, de circulação de saberes, constituídas no percurso destes alunos (Hannerz 1991; Urry 2005; Pina-Cabral 2010, Sanches 2010). Do ponto de vista político a reflexão virou-se para a natureza teórica e analítica e o processo histórico da constituição de elites nacionais e transnacionais de segurança do Estado (Newburn 2008, Manning 2010).

Estas elites de segurança constituídas por polícias com elevado potencial técnico e político que circulam no eixo atlântico, capitalizam a potência da sua atividade, nas aprendizagens e nos encontros que os cursos de formação permitem realizar, tanto no Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna – ISCPSI, em Lisboa, Alcântara, bem como em outros polos de formação. Procuram nestes cruzamentos capitalizar todo o seu potencial de conhecimentos partilhados ao serviço das suas respetivas pátrias, mobilizando conhecimentos de direito(s) e referências de “ver a nossa instituição, de ver a cidadania, de ver a democracia e de ver, de ver a comunidade, não é?”

Os tempos mudam e continuarão certamente a mudar. Não existem formas objectivas para saber com o que se pode contar, e mesmo os exercícios de previsão sobre o que possa vir a acontecer em determinado lugar com determinadas características, são exercícios de aproximação à realidade, podem adequar-se ou não. Ora é sobre este fundo, amplamente movediço e sujeito a dificuldades, que a polícia joga a sua potência de aprendizagem. Entende-se assim a posição do coronel brasileiro:

“É. A polícia tem que investir no homem. No homem que eu digo, no policial, né? (...) Na formação. Tem que trabalhar com a formação.

Depende lá na sua formação você tem uma visão, uma visão que eu digo assim: “truncada a coisa.” Né? E aí, dependendo do professor que você teve, dependendo da técnica que te ensinaram... Até as técnicas mudam, né? Tem atualização e tudo. Não, eu creio que aí volta de novo. Isso é educação. Educação é tudo para a polícia.” (...) Eu ainda acredito que a única coisa que altera as pessoas é a educação. Muda. É. Muda o olhar, muda o procedimento. Transforma. Só voltando pó banco da escola.”

A atenção ao acto de observação enquanto método em formação aqui colocado em evidência por um comissário na Praia e por um coronel em Brasília, realiza em certa medida o ideal de justiça que atravessa a época moderna: “a justiça como função de uma potência possuidora de uma vasta visão panorâmica que vê acima das pequenas perspectivas de bem e mal, assim, um horizonte mais vasto daquilo que é vantajoso – ter em vista a conservação daquilo que é mais que esta ou aquela pessoa” (Nietzsche in Benoit, 2010).

É sobre esta tomada de atenção à observação sobre “a conservação de esta ou aquela pessoa” que a actividade policial joga toda a sua potência formativa, porque reconhecendo a actividade da polícia é na atenção à dimensão fática da realidade, a atenção ao dado do acontecimento, e à comparação, que caracterizam e frequentam a vida policial. Na medida em que é necessário agir em função de uma situação, podemos compreender que não há qualquer pretensão de descobrir ou inventar novos factos, eles precipitam-se sem piedade à procura de redenção. Neste sentido, o carácter quântico da “visão panorâmica” no qual o polícia tem de saber estar, reside na necessidade de quebrar as fronteiras da situação/ocorrência sem se auto-alienar, mantendo para tal a sua humanidade.

“Temos histórias felizes em que há a recuperação das pessoas, mas também temos grande parte de casais em que elas não trabalham – isto vê-se muito – (até me estou a arrepiar!), sujeitam-se ali a uma vida de violência, de maus tratos, de não terem dinheiro, às vezes até de má nutrição, quando há crianças envolvidas é um problema, é muito mau, muito mau mesmo, até para as crianças viverem e crescerem num ambiente destes... uma mãe a ser espancada à frente de uma criança?! Houve uma que tiraram de lá, a mulher estava cheia de sangue, eram móveis com sangue, tudo alterado, poças de sangue no chão e com crianças em casa. E pronto, é esse trabalho todo que não se vê...”

A conformação de que o trabalho policial é tanto invisível quanto visível para a sociedade e para os seus pares, implica assim a necessidade de realizar uma formação que integre várias perspectivas do social e da história social.

“A história policial é também a história das ideias políticas, porque a Polícia é o reflexo precisamente disso. Mas numa perspectiva muito particular, porque é a perspectiva do controlo das classes perigosas, em certo momento do passado recente, a perspectiva da higiene pessoal, é a perspectiva assistencial, enfim, tem um conjunto muito vasto de momentos, que são perfeitamente identificáveis na história, e que são **interessantíssimos** de se poder colher, para poder interpretar, ou renovar a interpretação que nós temos da sociedade. Nós, até hoje, temos desprezado um pouco a história da Polícia nesse sentido, porque olhamos a história muito do ponto de vista da política, da política real, da evidente, dos discursos e das ações legislativas, mas existe, abaixo disso, um substrato. Também fazemos muito a história económica, fazemos muito a história militar, mas a história da Polícia, ou a história policial, vai ao mais profundo que existe nas mutações sociais. A Polícia está sempre informada de tudo.”

Especialmente aberta a um florescimento de perspectivas sobre o mundo a ver, porque opera no instante anterior da formação da realidade em texto, conservado e sem ameaça, a formação da polícia problematiza a própria ideia de justiça enquanto contemplação e acção, uma tensão há muita edificada (Benoit, 2010). Ora é sobre esta condição que a formação de um polícia tem de ser realizada, certo do seu ponto de vista:

“Porque os militares viam sempre o trabalho policial como uma aplicação de estratégias e de táticas muito próximas das militares e, de fato, policiar um estado democrático moderno, sindicado também pelos cidadãos, em que a corresponsabilidade é evidente, em que a visibilidade da atividade policial é escrutinada pelo conjunto dos atores sociais (a comunicação social, o cidadão particular, as empresas, o que for...), é muito mais complicado do que trabalhar num cenário de guerra, em que existe um oponente claríssimo e evidente, perfeitamente identificado, e é possível calcular alguns efeitos colaterais. Não é só isto. O trabalho policial é muito mais complexo do que isto. Tem muitas nuances, muitas particularidades. E esse trabalho já foi feito por oficiais de Polícia. Portanto, sim. O instituto tem sido extremamente importante, a sua existência é absolutamente essencial para garantir o desenvolvimento de novas formas

de policiamento, novas formas de pensar a Polícia, novas formas de pensar a segurança... Seria dramático, de hoje para a amanhã, decidir-se que não existiria um instituto desta natureza, para este fim tão particular que é a formação dos oficiais de Polícia, e o desenvolvimento de doutrina, e de filosofia, e de políticas sobre a segurança.”

O Instituto de Ciências Polícias e de Segurança Interna

De forma a estabilizar o potencial de retorno que estas viagens podem implicar nas várias instituições nacionais aqui implicadas, interessa apresentar sinteticamente o ISCPSI. O projeto de criação do ISCPSI nasce em 1979, no dealbar do processo da revolução de abril em 1974, ressonância de uma proposta mais ampla para a renovação da ideia de polícia e de políticas da administração do Estado em Portugal. Este projecto vinha responder à “necessidade de elevar o potencial das chefias diretas da Polícia de Segurança Pública – PSP.” (cf. Durão e Oliveira,) A constituição de um quadro superior de oficiais de polícia apresentava como objetivo a substituição dos oficiais do exército integrados na hierarquia policial em comissão de serviço e, por outro lado, a pretensão de adequar respostas ideais à instituição policial frente à sua condição administrativa e de âmbito policial ou de direito. Em 1982, a Escola Superior de Polícia adquire realidade formal ao ser assinado pelo Presidente da República, General António Ramalho Eanes.

A prevalência da civilidade afim à natureza da missão da PSP – garante da segurança interna e dos direitos dos cidadãos – participa ativamente nas linhas orientadoras do curso de oficiais. A preocupação está em garantir uma formação académica, técnica e tecnológica, ética e deontológica, física e policial e, ainda fomentar atividades de foro complementar de índole cultural. A ideologia de base manifestada nos conteúdos disciplinares põe uma forte ênfase sobre o Direito e sobre técnicas policiais. Ela é pontuada por matérias das humanidades (sociologia, psicologia, língua inglesa) e tem por fundamento a formação de um cidadão, ao mesmo tempo que treina e capacita um oficial de polícia. A educação física permanente e as atividades de solidariedade social enquadradas nos projetos-escola que os alunos desenvolvem ao longo dos quatro anos de formação forjam a possibilidade de criar uma aprendizagem abrangente ou total, que foi defendida a partir da ideia de “formação integral” (cf. Paymal, 2011). Esta formação visa aportar o oficial de polícia com competências de diferentes natureza, elevando,

desta feita, o potencial de saber agir no instante do acontecimento presente. Resulta que, ao longo destes últimos trinta anos, a contínua admissão de alunos lançou as bases para a criação de uma elite de polícias, motivada pela necessidade de formar polícias-gestores, como aconteceu em outros países (Reuss-Ianni & Ianni, 1983).

A Instrução de Corpo de Alunos pretende enquadrar os alunos num espaço regulamentado e hierarquizado, criando em simultâneo as condições para um “aperfeiçoamento” das características cívicas e morais do elemento policial. Em vários lugares, praças, corredores e espaços de convívio do ISCPSI podem ler-se inscrições de apelo à honestidade, responsabilidade, camaradagem, princípios que visam nortear a formação do oficial de polícia. Ora, a continuidade de uma estrutura militarizada no contexto académico do ISCPSI está enquadrada pela missão do Corpo de Alunos que regista e avalia quotidianamente o comportamento e o desempenho dos alunos nas suas mais diversas vivências. A consciência de todos permanece vinculada à ideia de que se deve tipificar atitudes e comportamentos exemplares no cumprimento das mais diversas atividades. A marca que o olhar deixa sobre a conduta dos cadetes encontra apaziguamento no exercício de camaradagem, responsabilidade e solidariedade entre eles, algo que acontece em outras academias policiais (Chappel e Lanza-Kaduce, 2011):

“Eu partilho o quarto com mais duas colegas – vamos imaginar – estou no primeiro ano e sei que tenho uma formatura às 07:50 (da manhã). São 07:35 e a minha colega está deitada na cama porque está com pouca vontade de se levantar e ir para a formatura. Ela vai-se levantar e vai chegar à formatura, mas se calhar vai com o cabelo desalinhado, vai sem uma placa de nome, vai sem isto, vai sem aquilo. Eu não quero que ela falhe, porque sei que ela vai ser punida. Então, como eu estou no quarto vou-lhe chamando a atenção e vou ajudando (...) Vou chateá-la para que ela acorde um pouquinho mais cedo, vou ajudá-la naquilo que precisar, que é para evitar que ela falhe.”

Integração dos alunos dos países de África Lusófona no Instituto

Em 1984 realiza-se o primeiro curso de oficiais de polícia no antigo edifício do convento do Calvário. Em 1988, quatro anos após a abertura do primeiro Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP), inicialmente designada por Escola Superior de Polícia, até Fevereiro de

1999; são integrados os primeiros alunos oriundos da África Lusófona. Circunscrita pelos protocolos de cooperação internacional assinados entre os ministérios homólogos de Administração Interna, a concretização da admissão dos alunos (polícias) vindos de Angola, Cabo-Verde, Guiné, Moçambique e São Tomé e Príncipe na vida institucional do ISCP, ocorreu em diferentes momentos. O primeiro país a assinar o protocolo foi Cabo Verde e, em 1988, os polícias Carlos Graça e Silvino Mendes, são admitidos no 5.º CFOP. Em 1995 são acolhidos os primeiros angolanos, em 1998 os moçambicanos e guineenses e, por último, em 1999 os são-tomenses. O Brasil assina os primeiros protocolos em 2007, e em 2008 são integrados no mestrado não-integrado os primeiros delegados de polícia. Entre a circulação dos polícias de África Lusófona e os policiais brasileiros há que notar a diferença de integração no Instituto, já que os policiais dos países de África lusófona são integrados no Curso de Oficial de Polícia durante os cinco anos letivos, enquanto os polícias brasileiros integram o mestrado não-integrado, sem obrigatoriedade de residir no Instituto durante o tempo da sua formação.

A ampla maioria dos alunos que vieram dos países de África e que integram o CFOP já são polícias e, no caso de Cabo Verde, muitos dos que vieram já tinham realizado cursos de formação policial ou de outro âmbito em outros países na Europa, América e Rússia. A selecção e a integração no Instituto ao longo destes vinte e sete anos foi sendo transformada de acordo com o que cada país imponha. Num primeiro momento, os oficiais de ligação portugueses que se encontravam em serviço nos diferentes países intervinham na seleção dos alunos, mas hoje em dia a sua intervenção é residual em alguns países, e em outros, nula. Todos os alunos passam por testes físicos, de conhecimento académico e médicos, existindo também diferenças sobre o que é exigido em cada país. Em Cabo Verde, por exemplo, a intervenção do oficial de ligação na seleção dos alunos é residual. No caso dos alunos brasileiros, como estamos a tratar de curso de pós-graduação/mestrado, a seleção é curricular e também tem por base um projeto, não são sujeitos a testes médicos, nem físicos. Neste caso, a ampla maioria dos alunos são polícias, com poucas excepções.

A integração dos alunos de África Lusófona e do Brasil no Instituto participa de forma singular num potencial de abertura à concretização de uma relação internacional situada num mundo global e democrático entre os países de língua oficial portuguesa. A complexidade de factores de ordem histórica, económica e política que aqui se cruzam e, que levantam do ponto de vista geopolítico camadas da história

sobre o tempo colonial, problematizam a evidência de um passado com desigualdades estruturais, como uma ameaça sempre em aberto.

Não obstante a complexidade que aqui se joga, esteve sempre como foco crítico da investigação em curso a responsabilidade de não fazer coincidir a natureza da desigualdade entre Estados e a relação entre pessoas num Instituto policial, anulando escalas de análise, com o sentido de fazer correspondências entre determinado padrão de comportamento e uma perspectiva de natureza teórica. Atender às relações entre os Estados e os grandes debates teóricos que se tecem encontrando as filiações entre teorias e práticas de hierarquização de tempos coloniais, situa parte da análise, a outra parte, participa da experiência que insere um antropólogo em campo que pode ser pensado como um acto de iniciação, “um acto de começar que se insere no movimento de continuar, abrindo uma distância” (Molder, 2011: 101). Este duplo movimento crítico e analítico permite capturar as tensões da história colonial em questões de natureza geopolítica e problematizar os ideais civilizacionais e as visões hierarquizadoras de diferenças que foram herdadas ao longo de séculos e que se enraizaram em práticas quotidianas.

Por exemplo, quando entre colegas se ouve nos corredores ou nos momentos em que antecedem uma apresentação, a ironia das diferenças constantes às línguas de uns e de outros, sobre as mais distintas palavras e acontecimentos; enquanto ecos que se fazem sentir num jogo de palavras em que se joga maneiras distintas de falar as palavras, podemos cristalizar a ideia de que hierarquização fundada em tempo colonial se mantém e continua a esculpir o dia-a-dia destes cadetes, sob a égide das diferenças estruturais que outrora foram materializadas. Poderá talvez a partir de um outro olhar, fazer notar o deslocamento, a viagem, que a própria língua traz na sua intimidade. Esta prática de gozo que aqui se perfila, permite expressar a circulação, as viagens, notando o esforço dos que vêm e que ficam de um a cinco anos, afastados das suas famílias, separados por oceanos ou por serras. É que o gozo que se pratica afecta todos aqueles que tenham formas diferentes e particulares de dizer algumas palavras, não pretende afectar especificamente os que vêm dos países de África Lusófona. Portanto, a prática do gozo pode ser pensada na proposta do “monolinguismo do outro” de Derrida, em que “a língua materna nunca é puramente natural, nem própria, nem habitável” (Derrida, 2001: 90). Aqui não se trai a possibilidade de existência do *outro* por via da sua particularidade. Neste caso, o gozo opera nos meandros da língua e, reflecte a partir dela essa impossibilidade de uma pureza da língua, jogando-a para lá da pureza da língua, esta já não é preciso

resgatar enquanto uma prótese de origem. O gozo estabiliza de uma nova forma a presença de uma circularidade que está presente na intenção de como se diz, por exemplo “errata”, de formas distintas, sinalizando a diferença constante ao curso de formação de oficiais, que só se encontra completo no momento em que se encontram integrados os alunos vindos de Portugal e os alunos vindos de África Lusófona.

“(…) se calhar aí não apenas dedicação, mas também tínhamos que ter, de estar disponível a sacrificar algo, mas... Eu, no primeiro ano, não vim de férias a... tentei ficar em Portugal a... mas depois vim todos os anos.”

“É puxado. E, e isso é que nos fazia pensar assim. Isto significa que, que em algumas vezes trememos, não é? Em algumas vezes chegamos a pensar: “E se? Não conseguimos por...” Eu conheço um colega meu que não conseguiu fazer o curso e ele, acho que por orgulho também, porque iria se sentir um bocado humilhado na sua visão, junto dos seus colegas. “Eh pá, este gajo foi, não conseguiu aproveitar a oportunidade e agora...” Ou seja, há quem logo diz assim: “Tirou a oportunidade a um outro colega que tinha melhores condições.” É, ele não conseguiu aproveitar e agora regressa e, então, vai fazer patrulha na rua, depois de quatro ou até cinco anos, porque se você perder... (...) Eu tenho a certeza que se ele tivesse vindo para Cabo-Verde, abraçava a sua carreira, ainda que agente policial. Mas, é a questão do orgulho pessoal também das pessoas. Então, isto... E eu, no meu vencimento, decidi que tinha que ficar aí o dinheiro para as férias, para vir visitar a família, para repor as forças. E quando fui para o curso tinha o meu primeiro filho tinha seis meses... .. não, não vivíamos juntos. (...) E depois, pronto, quando terminei o curso foi a primeira coisa. Terminei o curso, vim para Cabo-Verde. Mas a primeira coisa que eu disse a... à minha mulher: “É assim. Agora, a partir de agora, nós, nem mais um dia, vamos logo juntos.”

A oportunidade e o sacrifício aparecem como condições de possibilidade para situarmos a referência ao retorno a uma vida profissional e familiar, após cinco anos de formação. Neste sentido, podemos ver como o retorno situa a passagem tanto pelo tempo como pelo espaço, não havendo linearidade, afastado da causa e do efeito, não se repete o passado. Assim, do ponto de vista da elaboração da história, o passado não está como que mascarado à espera de ser trazido de novo à justiça. Antes é transformado nesse ressurgir, na retoma, na viagem. Isto significa que tanto do ponto de vista prático, quanto crítico, *o retorno à vida*

tal como ela é deve ser pensada a partir da não-coincidência, ou seja, afastada da ideia de identidade.

Ora, a tentação de continuar o pensamento em favor de velhos esquemas reconhecidos é muita, qualquer cientista social deve confessá-la, mas se reformularmos as certezas de onde partimos – “abrindo uma distância” – podemos surpreender a formação de um outro olhar sobre o mundo.

Segundo. Começar:

“Lá. Eu fui juntando toda a documentação. Porquê? Sempre me incomodou a nossa situação aqui. Né? Sempre me incomodou. “Você é o quê?” “Ah, sou Tenente da polícia.” Bacana, né? Ser Tenente da polícia. Você é Capitão da polícia. Você é Coronel da polícia. “Mas o que é que você é academicamente falando?”

Juntei aquele calhamaço assim, né? Numa malinha separado. O curso não, não despachei, trouxe comigo com medo de perder. Né? Catei tudo o que tinha lá no instituto. Muito bem recebido e tal. E levei toda a documentação. Cheguei aqui no Brasil, em dois mil e oito, e eu era major, não era major, tenente-coronel...

Eu deixei correr metade do ano e chegou na metade do ano, um novo comandante-geral que eu olhei para ele, falei assim: “Janela de oportunidade. Esse é o cara.” Né?

“Eu sentei lá, expliquei a minha ideia, não é? Ele falou assim: “Ah, não. Você quer criar o quê?” Eu falei: “Um instituto. Como tem um em Portugal. Como tem, né? Tem lá o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna portuguesa, não é? (...) Ele parou, me olhou, cruzou os braços, deu aquele... Sabe aqueles trinta segundos de silêncio... Ele ficou os trinta segundos me olhando e mudou a feição, né? Ficou até a copiar... “Cara, cê tá criando um novo campo do saber.” Eu falei: “Sim. Você sabe o quê que isso? Você não tem a mínima ideia. Mas nós vamos começar.”

“Não existe Ciência Policial. Não existe. Não existem Ciências Policiais. O Instituto de Ciências Policiais.” Me lembro, até ele até parou e ficou olhando para o tecto: “O Instituto de Ciências...”

Aí... em Junho de dois mil e onze, saiu a primeira autorização realmente.. e marcaram as visitas técnicas. Né? Aí, eu fiquei preocupado. Eu falei: “normalmente os cara marcam a visita com três, quatro anos depois... Prá sair aquele oficiozinho é três, quatro anos depois...” O cara vai marcar pó ano seguinte, né? É uma coisa assim de louco, o tempo que demora.

Aí, a autorização com portaria do Ministro saiu em... Julho, Agosto dois mil e doze. Então, na realidade, o processo começou em dois mil e dez e terminou em dois mil e doze. (...) E surgiu uma coisa nova, um novo campo do saber nessa construção. Que tá em construção ainda, né? Tá em construção ainda. Qué é realmente seria as Ciências Policiais? Aí, saiu o resultado em dois mil e... doze. Aí, tá autorizado o, o... Hoje sim, o cara é... cadete da polícia, mas ele é bacharel em Ciências Policiais. Ah, o cara é soldado de polícia, mas ele é tecnólogo da Segurança Pública. Ou seja, tem um A... Académica.”

A criação do Instituto de Ciências Policiais pela Polícia Militar em Brasília dá conta de uma possível implicação da circulação de uma elite policial que aqui se faz cumprir. As mudanças fazem-se em sentido estrutural e administrativo do Estado e da sociedade. A criação de um Instituto Superior homologado pelo Ministério da Educação, permite situar a escola de oficiais da Polícia Militar do distrito federal numa outra situação estrutural comparativamente a todas as demais academias de formação de polícia no Brasil, seja a de Polícia Militar em outros estados, a polícia civil e a polícia federal. Todas estas academias são escolas do governo e portanto estão credenciadas junto ao ministério da justiça, não são por isso reconhecidas pelo Ministério da Educação.

Interessa fazer um parêntesis para esclarecer que a Polícia Federal diferencia-se em relação à Polícia Militar e à polícia Civil porque o âmbito da sua actuação faz-se em torno aos assuntos da federação, e não sobre os assuntos de cada Estado, o que faz o âmbito das outras duas Polícias. Isto significa que a Polícia Militar e a Polícia Civil de Brasília respondem somente aos assuntos de segurança e de criminalidade de Brasília e, portanto, a formação do seu efetivo faz-se em Brasília e, assim para as demais.

“Então, conseguimos é... no dia, é... dezasseis de Agosto de dois mil e treze, nós fomos ao Ministro da Educação, coisa impensada por nenhuma polícia do Brasil, porque... a maioria da população olha prá a polícia como cidadão de segunda categoria.”

A ideia de oportunidade aplicada à ideia de reformulação deitou as bases para a criação de um vínculo entre o que deve ser a polícia e a ciência que se ocupa dela, tanto quanto das possibilidades que estas co-implicam na sociedade. O ISCPSI participou de forma exemplar na (re-)elaboração e na (re-)organização de uma outra configuração para

a polícia militar, cruzando ideias de como a ciência pode pensar a segurança pública e, de como a sociedade pode apropriar-se da própria ideia de polícia, em vez de se apartar dela, como se tivesse diante de um plano abaixo.

“Em todo o caso, o que me parece que é absolutamente fulcral é que ao longo de todo o período histórico em que a Polícia passou a ser um organismo importante, e se destacou da Justiça e da Administração, e passou a ter um papel que era mesmo só seu, a evolução tem sido absolutamente constante...”

As repercussões operadas pela incorporação das ciências policiais materializada numa faculdade pública em Brasília, são ainda desconhecidas, não obstante ser facilmente reconhecível o potencial que esta transformação captura. Este acto inicialmente assumido por um coronel e, no processo tomado em mãos por outros coronéis, faz ressoar a importância de um movimento que cruza mapas e ideias. Neste sentido, parece válido problematizarmos esse movimento a partir da ideia de *ecumene* discutida por João de Pina Cabral, a qual estabelece as condições para refletirmos tanto a constituição das pessoas que se movimentam como as redes de contacto que mobilizam (cf. Pina-Cabral, 2010).

O conceito de *ecumene* que pode ser entendido como uma forma complexa de cruzamentos e de sobreposições que deixam marcas sobre o mundo, material e não material –, a partir do qual se pode refletir sobre redes transnacionais. Desta feita, é possível aceder à constituição de uma rede, fundada no espaço/tempo, que “apontam para a existência de níveis ou registos distintos de convergência que existiriam dentro de um universo sociocultural concebido como sendo sempre mais vasto porque sempre aberto” (2010:11). Estas zonas de ação e de comunicação assentes sobre uma historicidade humana permitem perceber a *ecumene* como uma área de liberdade, permitindo uma certa independência por relação a constrangimentos locais, como certa independência em face dos imperativos das hegemónias globais” (idem: 11).

“o que eu penso que deveria ser o grande papel da polícia seria conseguir reunir conhecimento cada vez mais amplo, a ponto de essa acumulação do conhecimento permitir um menor uso da força... o uso da força. Quer dizer, é a área de atividade dela, é o uso da força, mas não quer dizer que a polícia deve focar no uso da força. Ela deve focar em formas de conhecimento de solução dos problemas para os quais é

destinado que implique um menor uso da força cada vez... progressivo, cada vez menor. Improvisado, é o que eu consigo dizer. Mas de facto, não diria que ela... Porque... Porque não... Se for pensar a polícia... não é que a polícia usa a força, é o Estado usa a força.”

O potencial de recorrência e de trânsito em que se cria a *ecumene* varia de acordo com a preteridade partilhada no momento em que cruzam ideias e experiências e, neste caso, constituem-se espaços de abertura à diferença.

“Eu pensei: Essa polícia não me vai dar nada. Eu... Eu falo isso para o Director quando ele (...) eu falei: “Eu confesso que, quando fui, eu não tinha grande expectativa.” (...)“É... não vou lá, porque não vai resultar em nada.” Aqui há uma percepção dos problemas jurídicos que decorre da investigação, muito mais do que nós temos lá. A garantia dos direitos das pessoas, preocupação com certos limites... Pelo menos, pelos que... pelos professores que eu tive, tinham essa preocupação

Mudei. Mudei. Mudei. E eu acho que foi ao passar por aqui. Foi ao passar por aqui. Eu já vinha pensando, percebendo que havia algo, algo mais a falar para além dessa potencialidade, potencialização da investigação criminal.”

Fecho. Actuar:

“Então, é... tinha essa tendência das polícias entender... achar que tinham de estudar mais o lado militar do que o policial. Com o passar dos tempos, né? Com o aperfeiçoamento das várias áreas de conhecimento, a gente passou entender que o nosso, o militar é bonito, é, mas o nosso negócio é outro, é polícia para atender a sociedade.

: O ser humano como centro do olhar dele, né? Então, e... Bom. Aí, prá ser mais prático, as Forças Armadas estudam a, a guerra, né? É... E todas essas variações, armamento. Sempre com o foco na guerra, eles têm um olhar também prá essa área de Ordem Pública Interna, mas sempre como... uma força de dissuasão, pronto. Não é? A polícia, ela tem que sempre trabalhar dialogando com a sociedade. E ela, a polícia, só existe pela sociedade...”

Os cruzamentos em retorno são estes, estabelecem novos vínculos à procura de um outro olhar sobre a polícia, sobre a sociedade, sobre

a política, sobre a história e sobre o homem. A persistência que determinadas variáveis apresentam na circulação de ideias sobre homem, justiça e sociedade, produzem pequenas intensidades de saber, como astros onde o olhar enxerga finalmente a sua dimensão, desmesurado e inimitável. E aqui se joga o velho paradoxo da exemplaridade: só o inimitável é exemplar (Tunhas, 2006: 278). A resposta não precisa de ser positiva, antes instiga o olhar para lá da coincidência, ou seja, para lá do que o Direito Penal de um determinado país pode arriscar dizer sobre o outro país, ou como uma resposta particular de investigação criminal pode acelerar o processo da resposta geral para um problema criminal que se dê de forma universal. Neste caso, cumpre-nos dizer com o superintendente de Cabo Verde:

“Portanto, o curso dá uma visão abrangente, não? De toda... Portanto, a forma como está estruturado o curso é muito bom. Tem a área da cultura geral. Tem uma área jurídica. Portanto, tem uma área de técnica policial. São os aspetos que uma pessoa deve, que um profissional de polícia deve conhecer, deve dominar. Vai-lhe permitir, portanto, desempenhar funções em qualquer sector, sector da polícia. Portanto, a forma como, como o curso está organizado é o que, o que, de facto, me marcou (...) O curso dá instrumentos, dá ferramentas que, que te permite depois dentro da polícia que é áreas diversas. Permite depois desempenhar as suas funções.”

A formação e os treinos técnicos-profissionalizantes oferecem desta forma a diferentes pessoas, condições de possibilidade para a concretização de aprendizagens de técnicas, planos, sentidos de acção, referências de lugares, todos eles situados historicamente.

“Na verdade, já referi isto. Nós ganhamos muita preparação no instituto. É claro que saímos do instituto para o terreno, para a realidade é sempre bem diferente. Mas nós a... Cabo-Verde, os recursos são limitados. Em Portugal, um comandante de, de uma esquadra, em regra, tem quarenta, tem cinquenta homens, pode ter, né? Eu aqui quando cheguei tinha onze, onze. Depois, passei para doze, treze, incluindo o comandante. É... O número é reduzido, a... a realidade é... é outra, as ocorrências também. E você tem um espaço, né? Para conseguir a... ir-se adaptando de uma forma mais suave, diria, no sítio. Não tive dificuldades. A... Eu comecei a trabalhar com o comandante regional, lá está, formado em Alemanha, a... que muito aprendi, porque em... Eu era agente, fui para o curso, vim para comandar uma esquadra. Ele costuma dizer que nos fizemos uma

grande equipa na ilha do Fogo. Ele com a sua experiência. Eu com os meus conhecimentos, na altura bem recentes e bem fresquinhos. Os planos de atividade, os planos operacionais, tudo feito com, com fundamento teórico, tudo preparado. Ele recorria muito a mim para fazer os planos do comando regional. E, e em termos policiais do terreno, da experiência também de, de ensinamentos, de como ir lidando com as situações e, tive um bom suporte da parte dele. Portanto eu reconheço-o a toda a hora. Assim como ele também reconhece as minhas qualidades como, como oficial de polícia, oficial jovem.”

Desta feita, podemos pensar com a citação de que “não há nada de essencial no interior que não seja percebido ao mesmo tempo no exterior” (Hugo von Hofmannsthal in Molder, 2011), e assim, conseguimos dizer que o mais decisivo é sempre o que se faz na superfície da vida e, não tanto operar na suposição do que deve ser apreendido fora do âmbito da nossa acção, ou do nosso olhar.

Bibliografia

- BENOIT, Blaise. 2010. “A justiça como problema”. Cadernos de Nietzsche. 26.
- CHAPPEL, Allison T. and Lonn LANZA-KADUCE. 2010. “Police Academy Socialization: Understanding the lessons learned in a paramilitar-bureaucratic organization”. *Journal of Contemporary Ethnography* 39 (2): 187-214
- CONTI, Norman, and J. NOLAN. 2005. “Policing the Platonic Cave: Ethics and efficacy in police training”. *Policing and Society* 14: 99-117.
- DERRIDA, Jacques. 2001. *O monolinguismo do outro ou a Prótese de Origem*. Porto: Campo das Letras.
- DURÃO, Susana e Joana OLIVEIRA. 2014. “Comunidades de saber: Percurso de um cadete entre Moçambique e Portugal”, *Cadernos de Pesquisa Carlos Chagas*, V. 44, n.º 154, Out/Dez: 828-849
- HANNERZ, Ulf. 1991. “The global ecumene as a network of networks”. In Adam Kuper (ed.). *Conceptualizing societies*. Londres: Routledge 34-46
- MANNING, Peter K. 2010. *Democratic Policing in a Changing World*. USA: Paradigm Publishers.
- NEWBURN, Tim (ed.). 2008. *Handbook of Policing*. USA: Willan Publishing.
- MOLDER, Filomena. 2011. “O que é uma inclinação natural?”, in Ventoinha, Nuno (ed), *Linguagem e Valor: Entre o Tractatus e as Investigações*. Lisboa: Instituto de Filosofia da Linguagem: 89-116
- PINA-CABRAL, João. 2010. “Lusotopia como Ecumene”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 25 (74): 1-20 REUSS-IANNI, Elizabeth & IANNI, FRANCIS A.

- J. 1983. “Street Cops and Mangement Cops. The Two Cultures of Policing”, in Punch, Maurice (ed), *Control in the Police Organization*, Cambridge: MIT Press 251-274.
- SANCHES, Manuela Ribeiro. 2010. “Introdução”. In *Portugal não é um país pequeno: contar o “império” na pós-colonialidade*. Edições Cotovia: Lisboa, 7-22
- TUNHAS, Paulo. 2006. “A intimidade: do indivíduo ao segredo”. *Philosophica*. 28: 275-284